

g) São tidos em conta os resultados das análises, efetuadas em amostras colhidas dos animais ou de outras amostras, que se possam revestir de importância para a saúde do consumidor.

3 — O presente despacho retroage os seus efeitos a 1 de julho de 2014.

6 de outubro de 2014. — O Diretor-Geral, *Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça*.

208329939

Despacho n.º 295/2015

1. Considerando que:

a) A alínea c) do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, entretanto alterada pelo Decreto-Lei n.º 119/2013, de 21 de agosto, criou a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), resultante da fusão das competências relativas à saúde e proteção animal, anteriormente desempenhadas pela Direção-Geral de Veterinária, das funções no domínio da normalização e segurança alimentar, antes cometidas ao Gabinete de Planeamento e Políticas e ainda as funções no domínio da fitossanidade, antes desempenhadas pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

b) Com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, foi aprovada a Lei Orgânica da DGAV.

c) Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º alterada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 171/2014, de 10 de novembro, se procedeu a alteração à Lei Orgânica da DGAV, transferindo para esta direção-geral as atribuições relativas à preservação das raças equinas Sorraia e Garrano anteriormente cometidas à extinta Fundação Alter Real;

d) Em virtude desta sucessão orgânica e nos termos conjugados do n.º 5 do artigo 29.º, e do n.º 5 do artigo 251.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 junho, foi reafetado o pessoal da ex-Direção-Geral de Veterinária, e ainda integrado o pessoal do Gabinete de Planeamento e Políticas, da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e da ex-Fundação Alter Real que exercia funções nas áreas já referidas.

e) No processo relativo à reestruturação e fusão da DGAV foram aprovadas, por Despacho de 10 de novembro de 2014 da Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, as listas de atividades e os procedimentos a assegurar, as listas de postos de trabalho considerados necessários, assim como, o mapa comparativo entre os postos de trabalho necessários e os efetivos existentes na DGAV afetos à prossecução daquelas atividades;

f) Não se afigura necessário proceder às operações de seleção de pessoal uma vez que o número de postos de trabalho necessários ao cumprimento das atribuições é superior ao número de efetivos existentes à presente data;

2 — Nestes termos em cumprimento do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, e n.º 8 do artigo 4.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, declara-se que se encontra concluído o processo de reestruturação e fusão da DGAV, com efeitos reportados à data do presente despacho.

9 de dezembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Álvaro Luís Pegado Lemos Mendonça*.

208329988

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho n.º 296/2015

I — Através dos avisos (extratos) n.ºs 4579/2014 e 9030/2014, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66 de 3 de abril e n.º 149 de 5 de agosto, respetivamente, e nos termos do publicitado na BEP sob os códigos de oferta de emprego OE201404/0097, de 5 de abril de 2014, e OE201408/0093, de 7 de agosto de 2014, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Promoção do Investimento e Apoio à Agricultura Social desta Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

II — Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, com a qual concordo, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, nomeadamente a conferida e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, é designada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para provimento do referido cargo, a licenciada Maria de Deus dos Santos Domingos, da carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Loulé, no cargo de Chefe

de Divisão de Promoção do Investimento e Apoio à Agricultura Social, desta Direção Regional.

III — A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

IV — A designação produz efeitos à data do presente despacho.

25 de novembro de 2014. — O Diretor Regional, *Fernando Severino*.

Nota curricular

Identificação:

Nome: Maria de Deus dos Santos Domingos

Data e local de nascimento: 7 de março de 1973, Loulé, Portugal

Formação académica:

Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, organizado pela Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente — Universidade do Algarve. (2009)

Curso de Pós-Graduação em Gestão e Conservação da Natureza, organizado pela Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente — Universidade do Algarve. (2007)

Curso de Pós-Graduação em Gestão de Campos de Golfe, organizado pela Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo — Universidade do Algarve. (2005)

Licenciatura em Engenharia Zootécnica, Departamento Ciências Agrárias — Universidade Açores. (1996)

Atividades anteriores e situação atual em termos científico e ou profissionais:

Estagiária na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (abril a outubro de 1996)

Bolseira Técnica de Investigação da Fundação de Ciência e Tecnologia num Projeto PRAXIS XXI na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (janeiro de 1997 a dezembro de 1998)

Exerceu funções no Departamento de Planeamento e Gestão Urbânica da Câmara Municipal de Lagos, no Setor de Estrutura Verde, desenvolvendo trabalhos na área da Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes, assim como, na gestão dos recursos humanos deste setor. (abril de 1999 a maio de 2007)

Exerceu funções no Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos na Divisão de Ambiente e Equipamentos Urbanos da Câmara Municipal de Loulé, desenvolvendo trabalhos na área da Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes, fiscalização de construção de espaços verdes, fiscalização da manutenção de espaços ajardinados adjudicados a prestadores de serviços, assim como, na gestão dos recursos humanos deste setor. (junho de 2007 a outubro de 2012)

Atualmente exerce funções de Chefe de Divisão da Divisão de Promoção do Investimento e Apoio à Agricultura Social da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, em regime de substituição, sendo responsável pela implementação do Projeto Agricultura Social na Região do Algarve. (outubro de 2012 até ao presente)

208331582

Despacho n.º 297/2015

I — Através dos avisos (extratos) n.ºs 4579/2014 e 9030/2014, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66 de 3 de abril e n.º 149 de 5 de agosto, respetivamente, e nos termos do publicitado na BEP sob os códigos de oferta de emprego OE201403/0293, de 5 de abril de 2014, e OE201408/0084, de 7 de agosto de 2014, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor de Serviços de Administração desta Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

II — Concluído o respetivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, com a qual concordo, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação, nomeadamente a conferida e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, é designado, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para provimento do referido cargo, o licenciado Bernardo Manuel Antunes Marques Fialho, da carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria Geral do ex-MAMAOT, agora extinta por fusão no Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), no cargo de Diretor de Serviços de Administração desta Direção Regional.

III — O nomeado possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

IV — A designação produz efeitos à data do presente despacho.

18 de dezembro de 2014. — O Diretor Regional, *Fernando Severino*.